

PERFIL DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS*

MARILENE DANDOLINI RAUPP



contexto
educação

RESUMO

O objetivo deste artigo é revelar uma caracterização das unidades de educação infantil nas universidades federais. Foram utilizados questionários, entrevistas e trabalhos que se referem às questões de luta por creches a partir dos movimentos sociais da década de 70 e às conquistas da creche como um direito da mulher e do trabalhador, como também, legislações sobre creche no local de trabalho. São novos os desafios para as unidades universitárias federais de educação infantil que indicam para a maioria delas a necessidade de assumirem funções para além do cuidado e educação das crianças. Com base nessa análise, o artigo aponta para a necessidade de as unidades repensarem questões polêmicas ainda presentes, direcionando essas questões para a realização de um projeto institucional com definições claras do papel dessas unidades no interior da universidade. A caracterização desse campo revela pontos que poderão contribuir para a compreensão da razão da existência dessas unidades no interior da universidade.

Palavras-chave: creches universitárias, educação infantil, infância na universidade.

* Parte da pesquisa de mestrado em educação na UFSC realizada pela autora (mariraupp@bol.com.br) de 2000 a 2001, cuja dissertação é intitulada "A Educação Infantil nas Universidades Federais: questões, dilemas e perspectivas". Orientador: João Josué da Silva Filho. Defendida em 27 de fevereiro de 2002.

Aceito para publicação em outubro de 2002

PERFIL DE LAS UNIVERSIDADES DE EDUCACIÓN INFANTIL EN LAS UNIVERSIDADES FEDERALES

Resumen: *El objetivo de este artículo es revelar una caracterización de las unidades de educación infantil en las universidades federales. Fueron utilizados cuestionarios, entrevistas y trabajos que se refieren a las cuestiones de lucha por guarderías a partir de los movimientos sociales de la década de 70 y las conquistas de guardería como un derecho de la mujer y del trabajador, como también, legislaciones federales de educación infantil que indican para la mayoría de ellas la necesidad de asumieren funciones para allá del cuidado y educación de los niños. Con base en esa análisis, el artículo apunta para la necesidad de las unidades repensaren cuestiones polémicas aún presentes, levando esas cuestiones para la realización de un proyecto institucional con definiciones claras del papel de esas unidades en el interior de la universidad. La caracterización de ese campo revela puntos que podrán contribuir para la comprensión de la razón de la existencia de esas unidades en el interior de la universidad.*

Palabras-clave: *guarderías universitarias, educación infantil, infancia en la universidad.*

EARLY CHILDHOOD EDUCATIONAL UNITS OF THE FEDERAL UNIVERSITIES PROFILE

Abstract: *The aim of this article is to reveal the characterization of the Early Childhood Educational Units of the Federal Universities . Questionaries, interviews and articles refering to the fight for children's centers, starting from the social movements which happened in the 1970s, conquering the right of having the Children's Centers as a right of women and workers, as well as legislation about them in the work place. The challenges are new for Children's Centers located in the Federal Universities indicating, for most of them, the necessity of assuring functions which go far behind care and education of children. Based in this analysis, the article shows that it is necessary to rethink questions still valid, leading to the accomplishment of an institutional project, with clear definitions of the role or these units inside the university. The characterization of this field reveals topics which will certainly contribute to the understanding of the reason why these units should exist in the universities.*

Keywords: *descriptors: children's centers universities, early childhood education, children in the universities.*

INTRODUÇÃO

As unidades de educação infantil¹ nas universidades federais emergem como objeto desta investigação a partir do debate instalado em fóruns de discussão da área que levantaram questionamentos a respeito das creches nas universidades. Estes debates incidem diretamente sobre a razão de existir este espaço no âmbito da universidade.

Neste artigo apresento um quadro das UEI nas universidades federais, organizando as informações que se referem aos diferentes aspectos do trabalho nessas unidades. Constatado que o conhecimento existente sobre o assunto é restrito, o natural nesta etapa inicial da produção de pesquisa é que os dados coletados sejam primariamente demográficos, descritivos de situação e exploratórios, resultando apenas numa primeira sistematização. Com esse objetivo compus, a partir da revisão bibliográfica e questionários que foram enviados a todas as unidades, um roteiro de entrevistas que foram realizadas em três núcleos de educação infantil² de distintos Estados.

O critério para a escolha desses três núcleos foi baseado no interesse em qualificar o quadro analítico a partir do que estou chamando de *funções acadêmicas*. Esse caráter acadêmico significa estar em consonância com o princípio norteador da universidade, que é a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

O reconhecimento desse princípio é assumido num entendimento mais amplo sobre o papel de uma unidade de educação infantil universitária federal dentro da lógica de funcionamento do universo acadêmico, no qual a pesquisa se apresenta como fio condutor de todas as ações, sustentando as demais atividades desenvolvidas pela unidade. Para Fávero,

a essência da universidade é entendida como uma instituição dedicada a promover o avanço do saber, o espaço da invenção, da descoberta, da elaboração de teorias. Como lugar de pesquisa, de produção de conhecimento, a universidade é, ao mesmo tempo, espaço de socialização do saber, na medida em que divulga e dissemina o saber nela produzido (2000, p. 71).

É importante também explicitar que entendo ser esta uma caracterização nacional, nem sempre analítica, mas uma descrição-matriz. Esta caracterização proposta é apontada como necessária por Rocha:

Há a necessidade, por exemplo, da realização de estudos do tipo levantamento que permitam conhecer mais profundamente as diferentes formas de atendimento em definição nos contextos sociais atuais, uma vez que não foram instituídos a partir de parâmetros, diretrizes ou normalizações próprias, mas sim, em resposta às questões sociais prementes (1999, p. 13).

HISTÓRICO

As creches nas universidades federais surgem no percurso de luta intensa por creches na década de 1970, processo desencadeado pelos movimentos sociais e liderado pelas mulheres trabalhadoras, feministas, empregadas de empresas públicas e privadas, e pelos sindicatos, que reivindicavam o atendimento à criança na faixa etária de 0 a 6 anos, como também pela abordagem da educação compensatória que, apesar dos seus malefícios, teve na expansão dos serviços seu maior benefício. Um período de luta pela creche em que era evocada a legislação trabalhista vigente, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que expede normas sobre a implantação de salas de amamentação nos locais de trabalho, como também outras leis³ que vigoravam nesse período em que os movimentos sociais e as lutas feministas reivindicavam creche para a mulher trabalhadora.

Essas legislações, de acordo com Fagundes:

Não tratam de direito à creche nos locais de trabalho, mas somente do *direito da mulher trabalhadora* amamentar seu filho durante a jornada de trabalho. Ainda assim é um direito apenas da mulher, mas restrito, pois não são todas as mulheres que têm esse direito, mas aquelas que têm idade entre 16 e 40 anos e trabalham em empresas cujo número de funcionárias contratadas atinge o mínimo estipulado pela lei (30 mulheres), e somente as que amamentam. Em relação às crianças, as restrições são: somente para crianças amamentadas e até os seis meses de idade (1997, p. 77).

Foi nesse contexto de reivindicações dos movimentos sociais, respaldados por dispositivos legais, que as creches passaram a ser uma luta de comunidades universitárias como um direito de assistência à criança na ausência da mãe, um período, segundo Rosemberg, caracterizado pela multiplicação de novas formas de luta por creche:

é a organização de empregados de empresas públicas e privadas que levanta dados sobre necessidades, elabora projetos, avalia custos, forma comissões e obtém, junto à direção, a instalação de creches (1989, p. 97).

Nesse processo de expansão a esfera governamental federal, nas universidades federais, foi criando creches em suas estruturas. De 52 Instituições Federais de Ensino Superior, 19 delas instalaram 26 creches.⁴

Após a inauguração, em 1972, da primeira creche em uma universidade federal, no ano seguinte criou-se outra unidade. Reivindicações da comunidade universitária levaram à implantação de mais três unidades, 1976, 1978 e 1979, chegando-se ao final da década de 70 com cinco unidades funcionando.

É na década de 80 até 1994 que as creches nas universidades federais têm sua grande expansão, com a inauguração de 18 novas unidades. A ampliação do número dessas unidades também teve influência dos avanços da educação infantil e do crescimento da área como campo de pesquisa, que a partir de meados da década de 80 sofre significativas transformações, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, quando a creche passa a ser reivindicada também como um direito das crianças, o que até então havia sido principalmente a reivindicação de um direito da mulher trabalhadora.

O aumento no número de creches na década de 80 é tratado por Oliveira et al. (1992) ao se referirem às negociações trabalhistas que aumentaram o número de creches mantidas por empresas industriais e comerciais e por órgãos públicos para os filhos de seus funcionários. O atendimento por elas prestado buscava superar a função de substituição da família e propunha garantir o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

É nessa época também que os servidores das universidades, tanto mulheres quanto homens, passam a ter o *direito à creche no local de trabalho*. Esse direito é obtido em 1986, a partir de um dispositivo legal, Decreto nº 93.408, de 10 de outubro de 1986, que resulta no direito à creche destinada aos filhos dos(as) trabalhadores(as) dos órgãos e entidades da administração federal.⁵

A partir desse dispositivo legal, a creche no local de trabalho, que até então era um direito apenas da mulher trabalhadora com idade entre 16 e 40 anos, com filhos no período de amamentação,

passa a ser um *direito trabalhista* para os filhos de servidores dos órgãos e entidades da administração federal direta e indireta e das fundações.

Nas universidades federais esse dispositivo legal favoreceu a expansão do número de UEI no interior das próprias universidades, contudo sem possibilidades de atendimento à demanda total das crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, filhos de seus trabalhadores.

Esse fato é constatado pela existência de UEI alternativas instaladas em algumas universidades federais. Essas unidades alternativas⁶ caracterizam-se pela manutenção de associação de pais, fundações, prefeituras ou associação de funcionários que mantêm o funcionamento das UEI com financiamento próprio ou com mensalidades dos pais; algumas destas unidades também contam com funcionários da universidade.

Medidas legais oriundas da Constituição Federativa da República de 1988 intensificam os debates sobre o papel das creches universitárias federais, na medida em que direcionam o direito à educação infantil como sendo de todas as crianças, sejam elas filhas de trabalhadores ou não, em que o direito de creches e pré-escolas é também dos filhos de trabalhadores, sejam eles do serviço público ou não, em que incluem a educação infantil na educação básica, em que direcionam para o município a manutenção de creches e pré-escolas. Além disso, em 1993, o Decreto nº 977, de 10 de novembro de 1993 (Bobbio, 1993), proíbe a criação de novas creches nas universidades federais, institui o auxílio pré-escolar⁷ aos trabalhadores públicos federais em substituição à creche no local de trabalho, iniciando a expansão das UEI nas universidades federais.

Esse conjunto de fatos relacionados às creches nas universidades impulsiona 19 delas (83%), no decorrer de suas trajetórias, à revisão de suas funções, direcionando-as para atuar além do cuidado e educação das crianças,⁸ impelindo-as a explorar outras possibilidades, tais como campo de estágio, campo de pesquisa e de observação, dispondo sua estrutura de funcionamento a profissionais das múltiplas áreas de conhecimento da universidade para coleta de dados de pesquisa ou para observações. Três unidades (13%) ampliam essas funções atuando na pesquisa e na extensão, produção e socialização de conhecimentos na área da educação infantil.

Diante desse panorama, percebe-se que os determinantes da expansão das creches nas universidades federais se originam em motivações exteriores às necessidades das crianças de 0 a 6 anos e, mais do que isso, exteriores à própria proposta da universidade. Por outro lado, a proximidade com a vida universitária acaba por agregar desafios importantes à reflexão sobre as crianças. A resposta que algumas unidades têm conseguido dar na direção de uma prática que alie ensino, pesquisa e extensão parece ser uma luz a iluminar o debate sobre a pertinência dessas UEI no âmbito universitário.

CARACTERIZAÇÃO

O mapeamento revelou a existência de 26 unidades de educação infantil, administradas no interior de 19 universidades federais. É um número que diz muito sobre a situação, pois de um universo de 52 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), 33 não mantêm UEI.

Tabela 1: Distribuição das unidades de educação infantil nas IFES por região – 2000

<i>REGIÕES</i>	<i>Nº de IFES existentes</i>	<i>Nº de universidades federais que mantêm UEI</i>	<i>Nº de UEI</i>
Centro-Oeste	4	1	1
Nordeste	14	6	8
Norte	7	0	0
Sudeste	20	9	11
Sul	8	4	6
Total	52	19	26

A região Sul, seguida das regiões Sudeste e Nordeste são aquelas que têm o maior número de UEI nas IFES, se considerarmos a proporção entre número de IFES e este tipo de unidade existente em cada região. No Sul, 50% das IFES têm UEI, no Sudeste 45%, no Nordeste 38%, no Centro-Oeste 25%, e no Norte não existe esse tipo de unidade. Estes dados sugerem que a existência das UEI nas

IFES não está relacionada ao número de IFES que tiveram possibilidades de instalar essas unidades, mas sim a existência dos centros urbanos,⁹ confirmando o que revelam Oliveira e Ferreira:

O histórico da reivindicação por creches tem demonstrado que, nos grandes centros urbanos brasileiros, onde movimentos populares são mais atuantes como mecanismos de pressão política, aquela reivindicação tem se intensificado nos últimos anos e adquirido conotações novas, saindo da postura do paternalismo estatal ou empresarial e exigindo a creche como direito do trabalhador (1989, p. 32).

A condição legal para as IFES criarem UEI foi dada pelo Decreto nº 93.408, de 10/10/86, explicitado anteriormente. No entanto, algumas universidades não criaram creches em suas estruturas e outras implantaram essas unidades que foram fechadas posteriormente.¹⁰

Outro dado a ser observado é que, se, por um lado, existem 33 IFES que não mantêm UEI, por outro há IFES que mantêm mais de uma, como são os casos das Universidades Federal do Rio Grande do Norte, Federal Fluminense e Federal de Viçosa com duas, bem como a Federal de Santa Catarina e Federal da Paraíba, que mantêm três unidades cada. Esse fato decorre da necessidade de atendimento da demanda, uma vez que foram criadas na perspectiva de serem creches no local de trabalho para atender crianças pequenas filhas de servidores da universidade.

Vinculação na Universidade

ANO 17

OUT./DEZ.

2002

Sobre a vinculação interna das UEI nas universidades Barbour & Bersani, por exemplo, ao abordarem a transformação, nos Estados Unidos, dos centros de cuidados de crianças no campus¹¹ em escolas de formação profissional, observam que:

O centro de cuidados de crianças no campus continuará a fornecer um importante serviço às universidades e faculdades. Conseqüentemente nas faculdades de educação os programas de preparação profissional estão sendo reconceitualizados à luz da educação dos professores e seus movimentos de reforma, seus objetivos. Um aspecto desta reforma é solicitar que o estabelecimento de escolas de desenvolvimento profissional estejam alinhados com a faculdade de educação, ou seja, trabalhem juntas (1991, p. 44).

A vinculação interna das UEI com a área da educação das universidades favorece o fortalecimento da unidade como campo de formação. Além disso, é necessário considerar que a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 a educação infantil passa a integrar a primeira etapa da educação. Trazer essas unidades para vincular-se à educação no âmbito universitário é uma forma de avançar no seu caráter educativo-pedagógico¹² e acadêmico adequado à especificidade da educação infantil na medida em que é a área da educação da universidade que atua na formação de professores de educação infantil, sendo mais do que conseqüente a contribuição mútua a partir do estabelecimento de interlocução entre os profissionais das UEI e da área da educação da universidade.

Ao examinar, porém, o quadro referente à situação de vinculação das diferentes UEI pesquisadas, encontrei uma situação no mínimo curiosa. Quatro unidades (17%) têm vinculação com a área da educação na universidade. As demais unidades (83%) possuem vinculação com *órgãos variados*: Pró-Reitorias, Recursos Humanos, Órgão Estudantil, Hospital, Assistência Social, Fundação, Assuntos Comunitários, Departamento de Economia Doméstica, entre outros.

Ora, o fato de 83% destas unidades estarem vinculadas a outros órgãos universitários que não a educação contradiz a importância do vínculo com a área da educação, anteriormente destacada. Essa situação pode significar, por um lado, a predominância da vinculação associada aos objetivos iniciais das unidades; por outro,

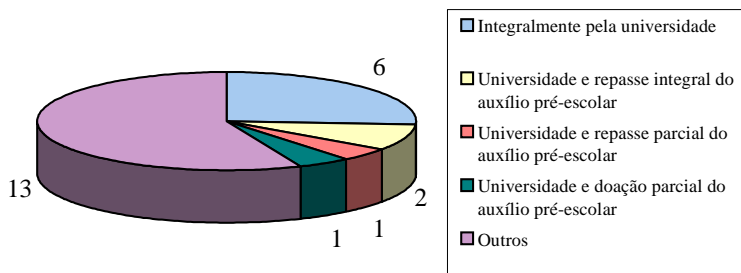
a necessidade de amadurecer a importância da presença dessas unidades para o desenvolvimento de um novo campo de pesquisa, extremamente importante para a educação. Trata-se, portanto, de alargar e aprofundar as possibilidades de estudo e aperfeiçoamento nessa área.

Mantenedores das Unidades de Educação Infantil

Uma das questões mais polêmicas a respeito das UEI é relativa à manutenção. Diversas alternativas se apresentam na busca da manutenção dessas unidades, entre elas o auxílio pré-escolar. No entanto, de acordo com a Instrução Normativa nº 12 de 23/12/93, “é vedada, ao servidor, a acumulação das modalidades direta e indireta”, portanto o benefício duplo. Isso significa que, na medida em que os servidores da universidade têm seus filhos freqüentando a UEI, deixam de receber o auxílio pré-escolar. Essa questão gera controvérsias, uma vez que, tendo esse auxílio o objetivo de proporcionar o atendimento dos filhos na faixa etária de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas, esse valor não corresponde à metade da maioria das mensalidades da modalidade de meio período das instituições de educação infantil particulares.

Dada a insatisfação e reclamações que fatos gerados por situações como as instauradas por esse decreto acarretam, diversas respostas têm sido consideradas. A *figura 1*, a seguir, procura ilustrar a situação encontrada:

Figura 1: Mantenedores das Unidades - 2000



São diversas as situações encontradas no alto percentual de unidades enquadradas na categoria *Outros* (56%): quadro de pessoal mantido por associações; por Centro de Ensino e Extensão da universidade; por fundação da universidade; por rede municipal; pelas famílias com pagamento de mensalidades; por hospital. Há também a existência de taxas pagas pelos pais.

Esses dados indicam a presença de fatores que resultam na diversidade da manutenção das UEI nas universidades federais e ilustram também as alternativas encontradas pelas universidades para atender à pressão da comunidade universitária em ter um local para a educação dos filhos pequenos.

Profissionais

Identidade, vinculação trabalhista e razão adulto criança¹³

Quadro 1 – Profissionais que atuam diretamente com as crianças nas unidades mantidas integralmente pela universidade (Grupo 1) – 2000

<i>Unidades de Educação Infantil</i>	<i>Quadro dos profissionais</i>
Núcleo de Desenvolvimento Infantil – UFSC	Prof. do quadro de I e II graus da universidade
Creche Francesca Zacaro – UFRGS	Técnicos administrativos da universidade
Centro de Educação Infantil -Criarte – UFES	Prof ^o do quadro de I e II graus e Téc. admin. da universidade
Núcleo de Educação Infantil – UFRN	Prof ^o do quadro de I e II graus da universidade
Creche Pintando a Infância – UFRJ	Técnicos administrativos da universidade
Unidade Educacional Infantil – UFRN	Prof. do quadro de I e II graus da universidade
Creche Escola do Campus I – UFPA	Prof. do quadro de I e II graus da universidade
Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo – UFMS	Técnicos administrativos da universidade
Creche da Universidade Federal da Bahia – UFBA	Prof. do quadro de I e II graus da universidade
Unidade de Atendimento a Criança – UFSCAR	Prof. do quadro de I e II graus da universidade

ANO 17

OUT./DEZ.

2002

*Quadro 2 – Profissionais que atuam diretamente
com as crianças nas unidades mantidas
por outros mantenedores (Grupo 2) – 2000*

<i>Unidades de Educação Infantil</i>	<i>Quadro dos profissionais</i>
Creche Pré-Escola Campus II - UFPB	Prof. do quadro de I e II graus da universidade
Creche Campus Samambaia - UFG	Técnicos administrativos da universidade
Laboratório de Desenvolvimento Infantil - UFV	Prof. mantidos por fundação universitária
Centro de Educação Pipa Encantada - UFPR	Prof. mantidos por fundação universitária
Creche Pingo de Mel - UFMG	Prof. mantidos por fundação universitária
Serviço de Educação Infantil do HU da UFSC	Prof. mantidos por fundação universitária
Núcleo de Desenvolvimento Infantil - UFA	Prof. mantidos por fundação universitária
Creche Comunitária Rosalda Paim - UFF	Técnicos administrativos da universidade
Creche da Universidade Federal Fluminense - UFF	Prof. mantidos por fundação municipal
Creche Escola Semente do Amanhã - UFPA	Prof. mantidos por associação de pais
Escola Paulistinha de Educação - UNIFESP	Técnicos do Hospital de São Paulo e da universidade
Núcleo de Desenvolvimento da Criança - UFC	Prof. do quadro de I e II graus e Téc. admin da universidade
Centro de Educação Infantil Flor do Campus - UFSC	Prof. mantidos por associação de pais

O quadro de profissionais das UEI que atuam diretamente com as crianças distingue-os por diversas denominações: professores, recreacionistas, auxiliares de creche, bolsistas. Há ainda aqueles que atuam em outras áreas das unidades, como diretoras, vice-diretoras, coordenadoras, secretárias, enfermeiras, nutricionistas, lavadeiras, cozinheiras, faxineiras e vigias, entre outros existentes em menor número (médicas, psicólogas, dentistas, arte-educadoras, bibliotecárias, jardineiros, etc.).¹⁴

A configuração do quadro de profissionais que atuam diretamente com as crianças nas UEI nas universidades federais, apresentada nos *quadros 1 e 2*, revela que, do ponto de vista de identidade profissional da área, a maioria das unidades, 74%, concebe esses profissionais como professores. Tal situação pode ser considerada um avanço no âmbito da educação de crianças pequenas, o que justifica ser esta uma aspiração dos profissionais que trabalham nas unidades.

Um outro aspecto interessante a se observar neste ponto é o que diz a Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9.394/96, no seu art. 25: “será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar a relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento”. Numa perspectiva da qualidade da educação e cuidado oferecidos às crianças de 0 a 6 anos, a legislação da área vem indicando a necessidade de adequação entre o número de crianças e de professores na educação infantil. As *tabelas 2 e 3* ilustram este aspecto no caso das UEI das universidades federais.

Tabela 2 – Distribuição do nº de profissionais e crianças das unidades mantidas integralmente pela universidade (Grupo 1) – 2000

<i>Unidades de Educação Infantil</i>	<i>Nº de profissionais que atuam na unidade</i>	<i>Nº de profissionais que atuam diretamente com crianças</i>	<i>Nº de crianças na unidade</i>
Núcleo de Desenvolvimento Infantil – UFSC	97	57*	278
Creche Francesca Zácara – UFRGS	82	34	146
Centro de Educação Infantil-Criarte – UFES	48	29	180
Núcleo de Educação Infantil – UFRN	57	35	292
Creche Pintando a Infância – UFRJ	57	19*	75
Unidade Educacional Infantil – UFRN	32	14	91
Creche Escola do Campus I – UFPB	64	32	146
Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo – UFMS	41	22*	117
Creche da Universidade Federal da Bahia – UFBA	63	21	66
Unidade de Atendimento a Criança – UFSCAR	35	22	151
Total	576	285	1542

* Unidades que também mantêm bolsistas, acadêmicos da universidade, atuando diretamente com as crianças na função de auxiliares de professores.

Tabela 3 – Distribuição do nº de profissionais e crianças das unidades mantidas por outros mantenedores (Grupo 2) – 2000

Unidades de Educação Infantil	Nº de profissionais que atuam na Unidade	Nº de profissionais que atuam diretamente com crianças	Nº de crianças na unidade
Creche Pré-Escola Campus II - UFPE	26	12*	118
Creche Campus Samambaia - UFG	42	21*	91
Laboratório de Desenvolvimento Infantil - UFV	43	27	80
Centro de Educação Pipa Encantada - UFPR	65	49*	259
Creche Pingo de Mel - UFMG	17	11	84
Serviço de Educação Infantil do HU da UFSC	37	25*	129
Núcleo de Desenvolvimento Infantil - UFA	35	19*	60
Creche Comunitária Rosalba Paim - UFF	25	13	150
Creche da Universidade Federal Fluminense - UFF	23	13*	42
Creche Escola Semente do Amanhã - UFPA	35	20	121
Escola Paulistinha de Educação - UNIFESP	86	49	350
Núcleo de Desenvolvimento da Criança - UFC	12	7	64
Centro de Educação Infantil Flor do Campus - UFSC	22	17	83
Total	438	283	1631

* Unidades que também mantêm bolsistas, acadêmicos da universidade, atuando diretamente com as crianças na função de auxiliares de professores.

Se considerarmos apenas os adultos que atuam diretamente com as crianças nas UEI das universidades federais, são 568 profissionais, o que dá uma média de um profissional para cada seis crianças.

Examinando os dados das unidades do *Grupo 1* em separado das unidades do *Grupo 2*, constata-se que a razão adulto/criança é quase a mesma, considerando apenas os adultos que atuam diretamente com as crianças. No *Grupo 1* são 285 profissionais

que atuam com 1.542 crianças, resultando numa média de cinco crianças por profissional; no *Grupo 2* são 283 profissionais que atuam com 1.631 crianças, resultando numa média de seis crianças por profissional.

Legislações complementares dos sistemas estaduais e municipais têm a incumbência de normatizar a educação infantil; entre essas normas, a de fixar aquela que se refere à relação adequada entre número de crianças e de professores. Para contribuir com a formulação de diretrizes e normas, a área da educação infantil conta com a publicação *Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil* (MEC/SEF/DPE/Coedi, 1998, v. 1, p. 36), organizada a partir do engajamento coletivo de profissionais da área, em parceria com a Coordenadoria de Educação Infantil – Coedi. Ao referir-se à razão professor/criança, o documento recomenda o seguinte:

Crianças de 0 a 1 anos	06 crianças/01 professor
Crianças de 1 a 2 anos	08 crianças/01 professor
Crianças de 2 a 3 anos	12 a 15 crianças/01 professor
Crianças de 3 a 6 anos	20 a 25 crianças/01 professor

A razão adulto/criança nas UEI nas universidades federais, portanto, é assunto a ser debatido por essas unidades.

Formação dos profissionais

Os conhecimentos acumulados sobre a educação infantil já são suficientes para afirmar-se que a qualidade da formação do professor que trabalha com a criança é um determinante central na qualidade dos programas de educação infantil. Os estudos de Pascal e Bertram (1994), por exemplo, indicavam que:

se quisermos melhorar a qualidade da educação de crianças pequenas, devemos nos preocupar com a qualidade da formação de seus professores. Em toda a Europa os países estão reconhecendo isso e tomando medidas para melhorar os cursos de formação do professor de educação infantil (1994, p. 294).

Com relação às UEI nas universidades federais, a proporção entre professores formados em nível superior e em nível médio é praticamente a mesma (39% e 36%, respectivamente); o restante se distribui entre Especialização (19%), Mestrado (5%) e Doutorado (0,5%).

Na formação dos técnicos administrativos predomina a formação no Ensino Médio, 36%, seguida do Ensino Fundamental, 17%, Graduação, 19%, Séries Iniciais, 15%, Especialização, 9%, Mestrado, 1%, e Doutorado, 0,1%.

Nesse panorama de formação dos profissionais que atuam nas UEI das universidades federais, identifica-se uma tendência que difere da realidade da maioria das UEI no Brasil, cujos diagnósticos mostram que os profissionais que atuam na educação infantil:

Não têm formação adequada, percebem remuneração muito baixa e trabalham sob condições precárias. Estima-se que um percentual significativo dos que atuam em creches (35% em capitais onde os dados foram levantados) não tem sequer o primeiro grau completo. Mesmo na pré-escola, cujos dados são levantados pelo MEC, 16% dos docentes não possuem segundo grau completo e 7,4% sequer completaram o ensino fundamental (Barreto, 1994, p. 28).

A configuração do perfil de profissionais das UEI das universidades federais revela que os professores, que atuam diretamente com as crianças, em sua maioria têm formação predominante no nível de Graduação, e significativa parcela também em nível de Pós-Graduação estrito e *lato sensu*. Vimos que é também razoável a formação dos técnicos administrativos. A maioria dos que atuam em outros setores das unidades possui formação predominantemente no nível médio.

Essa constatação demonstra, por um lado, uma formação favorável do ponto de vista da educação infantil em geral, contudo, dada a complexidade e a amplitude das tarefas que se está a exigir dos professores, tanto no cuidado e educação das crianças, como nos espaços de formação acadêmica, de pesquisa e de socialização do conhecimento, fica patente a certeza de que essa formação necessita permanente ampliação e aprofundamento.

Programa Institucional

Para caracterização do aspecto enunciado destaquei cinco variáveis: 1. *Número de crianças*; 2. *Faixa etária*; 3. *Período dos serviços educacionais*; 4. *População atendida*; e 5. *Critérios de seleção para ingresso*.¹⁵ Examinando os dados com esse crivo, percebe-se que, não obstante as instituições do *Grupo 1* (10) serem em menor número que as do *Grupo 2* (13), o *número de crianças* nas instituições enquadradas no *Grupo 1* é quase o mesmo que no *Grupo 2* (1.542 no *Grupo 1* e 1.631 do *Grupo 2*), havendo apenas alguma diferença no porte médio das unidades, que no *Grupo 1* é de 154 crianças e no *Grupo 2* é de 125 crianças, conforme pode ser verificado nos quadros 3 e 4 ilustrados a seguir.

Se, como forma de qualificar esses dados, cruzarmos o número de crianças com o *período dos serviços educacionais*, constataremos existir um certo equilíbrio entre o serviço misto (que alia períodos parciais com períodos integrais) e o serviço parcial no *Grupo 1*; no *Grupo 2*, contudo, predomina o serviço misto (61%). Em ambos os grupos o serviço em período integral é bastante restrito (não passa de 20% no *Grupo 1*).

Quadro 3 – Caracterização dos serviços nas unidades

<i>Unidades de Educação Infantil</i>	<i>Nº de crianças</i>	<i>Faixa etária</i>	<i>Período</i>	<i>População</i>
Núcleo de Desenvolvimento Infantil/UFSC	278	0 a 6	parcial	comunidade universitária
Creche Francesca Zácara	146	0 a 6	misto	servidores universitários
Centro de Educação Infantil – Criarte	180	outra	parcial	comunidade universitária
Núcleo de Educação Infantil	292	outra	parcial	comunidade universitária
Creche Pintando a Infância	75	0 a 6	integral	servidores universitários
Unidade Educacional Infantil	91	0 a 6	integral	servidores universitários
Creche Escola do Campus I	146	0 a 6	parcial	geral
NEI Ipê Amarelo	117	0 a 6	misto	servidores universitários
Creche da UFB	66	outra	misto	comunidade universitária
Unidade de Atendimento à Criança	151	0 a 6	misto	comunidade universitária

Quadro 4 – Caracterização dos serviços nas unidades (Grupo 2) – 2000

<i>Unidades de Educação Infantil</i>	<i>Nº de crianças</i>	<i>Faixa etária</i>	<i>Período</i>	<i>População</i>	<i>Crítérios de seleção</i>
Creche Pré-Escola Campus II	118	outra	parcial	comunidade universitária	sorteio
Creche Campus Samambaia	91	outra	misto	comunidade universitária	outros
Laboratório de Desenvolvimento Infantil	80	0 a 6	misto	comunidade universitária	outros
Centro de Educação Pipa Encantada	259	0 a 6	misto	outra	ordem de chegada
Creche Pingo de Mel	84	0 a 6	misto	comunidade universitária	ordem de chegada
Serviço de Ed. Infantil Hospital Universitário	129	0 a 6	parcial	outra	sorteio
Núcleo de Desenvolvimento Infantil/UFA	60	0 a 6	integral	geral	ordem de chegada
Creche Comunitária Rosalda Paim	150	0 a 6	integral	geral	ordem de chegada
Creche da UFF	42	outra	misto	comunidade universitária	ordem de chegada
Creche Escola Semente do Amanhã	121	outra	misto	outra	ordem de chegada
Escola Paulistinha de Educação	350	0 a 6	misto	servidores da universidade	outros
Núcleo de Desenvolvimento da Criança	64	outra	parcial	comunidade universitária	Sorteio
Centro de Educação Infantil Flor do Campus	83	0 a 6	misto	geral	ordem de chegada

Número de crianças

Os quadros 3 e 4 revelam que nos dois grupos existem unidades cujo número de crianças é muito inferior às respectivas médias supracitadas (por exemplo, o limite mínimo de 66 crianças para uma média de 154 no Grupo 1 e de 42 crianças para uma média de 124 no

Grupo 2), bem como existem também unidades cujo número de crianças é muito superior à média (por exemplo, um limite superior de 292 crianças para a mesma média de 154 crianças no *Grupo 1* e de 350 crianças para a média de 124 do *Grupo 2*).

Algumas outras observações merecem ser comentadas em relação aos *quadros 3 e 4*. Por exemplo, no geral, o número médio de crianças é de 172 para as unidades que oferecem serviço em período parcial, 94 para aquelas em período integral e 132 para as de período misto. Considerando a evidência dos dados, em que 56% das unidades cuidam e educam mais de cem crianças, percebe-se que há um pequeno predomínio de grandes unidades com serviços em períodos parcial e misto.

Período dos serviços educacionais

A predominância dos serviços educacionais em turno misto (parcial ou integral) acompanha as indicações da área da educação infantil que direcionam o horário desses serviços às crianças de 0 a 6 anos, respeitando também as necessidades da família. Essa característica de programas de UEI que inclui as possibilidades dos períodos parcial e integral reflete coerência com um dos princípios da educação infantil, que é a sua complementaridade com a educação familiar. A tendência, no período exclusivamente parcial, reflete uma clientela restrita, predominantemente elitizada, cujos pais dispõem de situação socioeconômica favorável, o que implica na viabilização, por parte da família, dos cuidados da criança no turno em que ela não frequenta a UEI.

Essa situação não é específica de UEI de universidades federais; está presente na maioria dos espaços coletivos da área, que oferecem apenas uma modalidade de serviço (parcial ou integral). Assim sendo, é necessário buscar o diálogo com as famílias, uma vez que os atores integrantes do processo educativo na educação infantil incluem, além dos profissionais e crianças, também as famílias. É um processo de compartilhar com as famílias a educação e o cuidado das crianças.

Faixa etária

Os quadros 3 e 4 revelam também que predominam os serviços educacionais na *faixa etária* das crianças de 0 a 6 anos, com uma taxa de 70% nas unidades do *Grupo 1* e de 61% nas do *Grupo 2*, e as demais unidades variam na faixa etária entre 2 a 6 anos.

Aprofundando-se a análise do quadro descrito, percebe-se que 35% das unidades prioriza a faixa etária das crianças de 2 a 6 anos. No entanto esta exclusão da faixa etária de 0 a 2 anos tem sido motivo de reflexões, principalmente do ponto de vista da formação acadêmica dos alunos da universidade e formação profissional dos professores da rede pública de educação infantil:

Se pensarmos na formação dos professores teríamos que ter a faixa etária antes dos dois anos. Mas acho complicada a ampliação atualmente por conta de ausência de verba, mesmo das séries iniciais, que é uma reivindicação muito maior da comunidade. Mas acho que seria importante como espaço de formação principalmente se você está negando essa nomenclatura do MEC de separar a creche e pré-escola. Eu repugno isso porque tem ocorrido na prática que creche, pelo menos aqui no Rio Grande do Norte, é até os 4 anos, e as professoras não são professoras, são monitoras ou crecheiras. Paga-se o salário mínimo, não precisa de qualificação. Nós que somos os especialistas, que precisamos fazer a referência, acho que é importante termos essa faixa etária para irmos contrário à política do MEC, que traz uma intenção por trás de pagar menos, de ser uma educação inferior. Nós da universidade pública não podemos imitar essas políticas, nós temos que ser referência. Então acho que desse ponto de vista seria muito importante (núcleo 2, professora a.08/01).

O que se percebe no depoimento acima é que a justificativa da não-inclusão da faixa etária de 0 a 2 anos parece estar relacionada à dificuldade de recursos. É provável, contudo, que outras variáveis, além dos custos, estejam presentes nessa escolha. Será que não existe clareza em relação à necessidade de as crianças de 0 a 2 anos conviverem em ambientes coletivos? Será que a restrita produção do conhecimento acumulado no trabalho a ser desenvolvido com essa faixa etária tem inibido a ampliação desse serviço educacional?

Ora, à medida que os dados revelam que a maioria das UEI nas universidades federais caracteriza-se como campo de estágio, de observações e de coleta de dados de pesquisa para os acadêmicos e demais profissionais, é essencial que o programa dessas unidades atenda ao ciclo completo da educação infantil, faixa etária de 0 a 6 anos, uma vez que assume o compromisso de contribuir na formação acadêmica da área, além do reconhecimento do serviço educacional da faixa etária de 0 a 2 anos como parte integrante do processo educativo.

População atendida

Os quadros 3 e 4 indicam que a população atendida é predominantemente de filhos de servidores e de filhos de alunos da universidade (50% no Grupo 1 e 46% no Grupo 2). Apenas uma unidade enquadrada no Grupo 1 atende à comunidade em geral (no Grupo 2 esse atendimento é prestado por três unidades, 23%). Dentre as unidades mantidas integralmente pela universidade (Grupo 1), nenhuma atende outra população, como filhos de funcionários das fundações ou filhos de funcionários dos hospitais universitários (todos os casos deste tipo (3) estão enquadrados no Grupo 2).

Tal predominância da população *filhos de servidores da universidade* pode caracterizar-se como um benefício trabalhista, creche no local de trabalho, porém regulamentado com o auxílio pré-escolar desde 1993, data do Decreto nº 977, uma vez que as vagas são insuficientes para a demanda.

Do ponto de vista acadêmico há controvérsias sobre o fato de a população atendida ser restrita à comunidade universitária, conforme podemos perceber nos depoimentos destacados a seguir:

Alguns professores trazem alunos pra o núcleo para fazerem prática, além de observações e outros não mandam. Alguns defendem que o núcleo é um ambiente artificial que não retrata a realidade e que, portanto, querem que o aluno se insira numa escola pública (núcleo 1, professora a.08/01).

Outro professor considera que os filhos da comunidade universitária caracterizam sim uma mostra da realidade das instituições de educação infantil pública em geral:

A clientela que o núcleo atende hoje é ligada à história como eu falei. Não considero que isso deforme a mostra. Ela é uma mostra hoje muito representativa no Estado. Embora se diga que os estudantes universitários são a elite, nós temos aqui no Rio Grande do Norte, em pesquisa feita, que 60% dos alunos da universidade são pessoas que estudaram na escola pública. Também de aproximadamente 25 mil candidatos ao vestibular todos os anos, 9 mil pedem isenção da taxa do vestibular, demonstrando, portanto, que a sua renda é abaixo da desejável, não tendo condições, portanto, de arcar com uma simples taxa de vestibular da ordem de R\$ 80,00. Portanto, filhos dessas pessoas constituem uma mostra da educação infantil próxima das escolas públicas. As pessoas mais abastadas têm seus filhos em grandes escolas infantis privadas. Essas pessoas não se submetem ao sorteio para ver se conseguem vaga para seus filhos. Então, o contingente hoje não é mais como no passado, onde se fazia a crítica de que era uma clientela privilegiada (núcleo 2, professor e.08/01).

Um terceiro contra-argumento, contudo, reitera que somente ter crianças filhas da comunidade universitária não caracteriza um perfil próximo da realidade das instituições públicas de educação infantil:

Essa clientela impossibilita, ela é recortada, privilegiada. Por mais que nós tenhamos pais funcionários da universidade que ganham muito pouco, mas a gente sabe que eles estão num patamar infinitamente superior que as camadas populares. Eles têm um emprego fixo, com estabilidade, recebem salário, no mínimo dois ou três salários, que é absolutamente diferente do contexto normal da escola pública. Os pais na maioria, na realidade de hoje, muitos são desempregados ou têm ocupações itinerantes e a renda familiar não chega a dois salários. Isso configura uma situação de clientela absolutamente diferente. A prática fica recortada, dá um viés muito grande sem dúvida nenhuma. Essa clientela é definidora do tipo de processo e do tipo de resultado que temos dessa prática (núcleo 2, professora b.08/01).

A indicação de ampliação da população atendida também se pauta pelo benefício social à comunidade em geral e pela contribuição que esta ampliação possibilitará no âmbito das pesquisas, como podemos perceber no depoimento que se segue:

É um perfil elitizado. O núcleo foi criado com um dos objetivos de atender filhos de trabalhadores e de alunos da universidade. Atualmente, se avalia que é uma clientela elitizada, restrita até pela função que o núcleo exerce hoje de ser campo de estágio, de pesquisa e de extensão. Nesse sentido, deveria ampliar essa clientela. Mas é um assunto polêmico. Exigirá muitos debates, mas o considero necessário (...) além do benefício social em atender a comunidade e não restringir para uma clientela específica, não privilegiar, a abertura à comunidade em termos de pesquisa dará uma amostragem mais verdadeira da diversidade cultural, econômica, racial. Atualmente, temos um grupo mais ou menos homogêneo (núcleo 3, professora b.09/01).

A ampliação do atual perfil da população atendida da maioria das UEI nas universidades federais parece ser necessária, principalmente tendo em vista uma maior inclinação em acreditar que esta ampliação possibilitará a atuação nas unidades com um universo infantil mais diferenciado. Essa maior diversidade é apontada como importante para a formação dos acadêmicos e dos profissionais, e também para a relevância social das produções dessas unidades. Além disso, sendo as UEI integrantes de uma instituição pública, terão que ter caráter público, portanto para todos, possibilitando a democratização do acesso. Sendo assim, considerando as circunstâncias atuais, a população atendida nas unidades não se define pelo local de trabalho, mas pelos objetivos inerentes a uma unidade integrante de universidade, definidos pelo ensino, pesquisa e extensão. As circunstâncias atuais já tratadas no decorrer deste estudo dizem respeito à existência do auxílio pré-escolar para os trabalhadores da universidade em substituição à creche no local de trabalho. Se ampliado o perfil da população atendida para o público em geral, acredito que a caracterização das unidades estará desencadeando, no âmbito da formação acadêmica e profissional, um processo de interação com desafios condizentes com a realidade da educação infantil pública em geral. Dessa forma, também as atividades de pesquisa e de extensão passariam a se sustentar sobre uma base mais sólida, refletindo melhor o espectro social.

É importante garantir o atendimento ao direito que as crianças têm de educação em espaço público e dos trabalhadores de terem seus filhos resguardados, mas isso não deve significar acúmulo de privilégios para nenhuma categoria de profissionais.

Não obstante a Constituição Federal de 1988 garantir o direito a creches e pré-escolas para todas as crianças brasileiras, os *critérios de seleção* ainda são necessários em qualquer instituição de educação infantil pública, na medida em que a oferta de vagas para crianças na faixa etária de 0 a 6 anos não tem sido suficiente para atender à demanda. A lei garante o direito, mas não se responsabiliza pelos recursos específicos para a área, o que faz com que este direito tenha dificuldades em se tornar uma realidade.

Critérios de seleção para ingresso

Os dados organizados nos *quadros 3 e 4* indicam que, no geral, quase a metade (39%) das UEI das universidades federais pesquisadas utiliza como *critério de seleção* das crianças a atender, a *ordem de chegada*, seguida do *critério sorteio* (26%). É interessante observar que, em um estudo realizado na Creche Francesca Zacaro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Kaiser constatou que:

Na creche, o sorteio é visto como sendo mais democrático, elimina reclamações e sentimento de injustiça, pedidos e até mesmo queixas que são normais em situações eliminatórias desta natureza. O sorteio possibilita o tratamento igual para todas as candidatas à vaga (1992, p. 69).

Constatações como essa, cruzadas com as informações supracitadas a respeito da falta de vagas e de que predominam critérios de seleção de outros tipos, devem nos levar a refletir: primeiro sobre a já citada questão dos privilégios e, segundo, em relação ao direito que as crianças têm à educação.

CONCLUINDO

Constato, então, que a esfera universitária federal possui UEI constituindo territórios diferenciados. Por terem sido concebidas de forma isolada a partir das necessidades sociais, políticas e econômicas de cada época, “herança de tempos múltiplos”, suas diferenças são nítidas. Porém, mais do que isso, a indefinição do papel univer-

sitário dessas unidades dificulta a garantia de recursos humanos e financeiros próprios, o que demanda a busca de alternativas de sobrevivência que direcionam sua constituição histórica.

Atualmente a situação por que passam as UEI nas universidades federais é bastante delicada, tendo em vista que as universidades públicas, especialmente as federais, estão passando por um processo de reformas que, segundo Chauí, “encolhe o espaço público democrático dos direitos e amplia o espaço privado, não só onde isso seria possível – nas atividades ligadas à produção econômica –, mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados” (2001, p. 177). Diante de propostas que levam à exclusão, é necessária uma mobilização intensa da área com vistas a impedir a concretização de iniciativas desse tipo.

A configuração exposta revela que a constituição das UEI brasileiras nas universidades federais de alguma forma acompanha a trajetória histórica da educação infantil no Brasil no que se refere aos objetivos iniciais, cumprindo a função de atendimento às crianças pequenas, filhas de trabalhadores. Evoluiu, gradativamente, no decorrer dos anos, para a incorporação de novas funções, o que ainda indica para a maioria a necessidade de ampliação das mesmas.

A maior parte converge nos objetivos caracterizados como campo de estágio, de pesquisa e de observação, porém não converge em diretrizes referentes à manutenção, vinculação à universidade, perfil de profissionais, faixa etária das crianças, turno de atendimento, critérios de seleção e objetivos de pesquisa e extensão.

Evidencia-se certamente que, por um lado, a luta das UEI nas universidades federais por sua garantia não se encerrou na conquista da unidade, mas, por outro lado, ainda demanda para a maioria largos desafios para a consolidação de sua identidade universitária.

Diante desse panorama, percebe-se que os determinantes da expansão das creches nas universidades federais se originam em motivações exteriores às necessidades das crianças de 0 a 6 anos e, mais do que isso, exteriores à própria proposta da universidade. Por outro lado a proximidade com a vida universitária acaba agregando desafios importantes à reflexão sobre as crianças. A resposta que

algumas poucas unidades têm conseguido dar na direção de uma prática que alie ensino, pesquisa e extensão parece ser uma luz a iluminar o debate sobre a pertinência dessas UEI no âmbito universitário.

NOTAS

¹ Unidades de educação infantil neste estudo são aquelas que desenvolvem o cuidado e educação de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos na modalidade creche ou pré-escola, portanto não fazendo parte deste estudo outras modalidades existentes nas universidades federais como: brinquedotecas, CAICs/Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, turmas de educação infantil em Colégios de Aplicação, Escolinhas de Esportes, entre outras.

² Denominarei de núcleo de educação infantil quando me referir às unidades em que foram realizadas as entrevistas, uma vez que as três são denominadas núcleos.

³ A Portaria nº 1, de 15 de janeiro de 1969, emitida pelo Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho/DNSHT (Bobbio, 1969, p. 117) e a Portaria nº 1, de 6 de janeiro de 1971, emitida também pelo DNSHT (Bobbio, 1971, p. 119), ambas expedem normas para instalação de salas de amamentação nos locais de trabalho.

⁴ Do universo de 26 creches identificadas como existentes nas universidades federais, 23 delas responderam ao questionário. Portanto os dados que seguem dizem respeito a 88% do conjunto das unidades.

⁵ A legislação estabelece que esses órgãos, entidades e fundações viabilizem o atendimento às crianças de 0 a 6 anos, filhos dos servidores, por meio de creches, instituições materno-infantis e jardins de infância integrantes de sua própria estrutura organizacional ou que contratem, mediante licitação, os serviços de instituições particulares, ou ainda que utilizem, mediante convênios, as instituições de atendimento à criança de 0 a 6 anos conjuntamente com outros órgãos ou entidades públicas (Cardoso, 1986).

⁶ Essas unidades alternativas estão inclusas no mapeamento realizado nesta pesquisa sendo que, do universo das 26 unidades citadas anteriormente, dez delas são integralmente mantidas pelas universidades. Estas dez unidades contam com quadro de pessoal da carreira de professores de I e II grau que atuam no cuidado e educação das crianças

e demais funções em curso nas suas respectivas unidades e também com a carreira de técnico-administrativos, que atuam nas atividades de apoio. Ambas carreiras são integrantes da estrutura universitária federal.

- ⁷ O auxílio pré-escolar é uma assistência financeira recebida mensalmente pelo servidor público da administração pública federal direta, autárquica e fundacional que tem filhos na faixa etária de 0 a 6 anos e significa um benefício que visa substituir a creche no local de trabalho.
- ⁸ Quatro unidades (17%) mantêm suas funções restritas ao cuidado e educação das crianças.
- ⁹ São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Porto Alegre, Florianópolis, Vitória, Niterói, Curitiba, Natal, Goiânia, João Pessoa, Campina Grande, Santa Maria, Maceió, São Carlos, Solânia, Pampulha, Lavras, Uberaba, Viçosa.
- ¹⁰ De acordo com Soares et al (2002), as cinco creches da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) criadas a partir de 1977 foram fechadas pela própria universidade em 1999 com permissão para reabertura desde que os pais assumissem a responsabilidade sobre a gerência e manutenção das creches. Apenas uma delas foi reaberta com o atendimento da condição colocada pela UFMG.
- ¹¹ Essa é a denominação das creches universitárias norte-americanas. Essa escolha ocorreu na medida em que deparei-me com dificuldades para encontrar conhecimento acumulado sobre creche universitária no Brasil e, pela escassez de referências, procurei alargar o levantamento bibliográfico nesse campo de conhecimento consultando a biblioteca temática sobre creche e mulher da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo. A intenção em trazer reflexões sobre experiências de outro país caminha na direção de confrontar diferenças, para daí buscar novos caminhos.
- ¹² Termo cunhado por Maria Lúcia Machado (1996). Este termo é utilizado no sentido de que o atendimento institucional às crianças de 0 a 6 anos seja concebido num caráter educacional pleno, e também, num caráter pedagógico, ou seja, de intencionalidade assumida, planejada, sistematizada pelos profissionais que participam dessa tarefa.
- ¹³ Examinamos os dados sob o crivo das mantenedoras. Agrupei-os, então, em dois grandes grupos: um, no qual coloquei aquelas unidades *integralmente mantidas pelas universidades*, em que estão incluídas aquelas que recebem o auxílio pré-escolar por considerar que o mesmo é um recurso federal (doravante chamado *Grupo 1*); e outro no qual apare-

cem outras formas de compor a manutenção da UEI (doravante chamado *Grupo 2*). A figura 1 contribui para revelar as diferentes formas de manutenção das UEI nas universidades federais.

¹⁴ O uso predominante do gênero feminino ocorre tendo em vista a presença, nas unidades, da maioria de profissionais do sexo feminino.

¹⁵ Mantive também aqui o agrupamento no qual analiso características referentes às unidades *integralmente mantidas pelas universidades federais* (chamado de Grupo 1), das que articulam *diferentes fontes de recursos* (Grupo 2).

BIBLIOGRAFIA

BARBOUR, N. B.; BERSANI, C. U. The Campus Child Care Center as a Professional Development School. In: KATZ, L. G.; WALSH, D. J.; GOINS, B. (Org.). *Early Childhood Research Quarterly*. Pennsylvania Ave., v. 6, n. 1, p. 43-49, March 1991.

BARRETO, Â. M. R. F. A formação do profissional de educação infantil. I Simpósio Nacional de Educação Infantil, 1., 1994, *Anais...* Brasília: MEC/SEF/Coedi, 1994. p. 124-128.

_____. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação geral de educação Infantil. *Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. p. 23-33. Vol II.

BOBBIO, P. V. (Org.). LEX: Coletânea de Legislação Federal e Marginália. São Paulo: LEX, 1969.

_____. LEX: Coletânea de Legislação Federal e Marginália. São Paulo: LEX, 1971.

_____. LEX: Coletânea de Legislação Federal e Marginália. São Paulo: LEX, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira*. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CAMPANHOLE, A; LOBO, H. *Consolidação das Leis do Trabalho e Legislação Complementar*. Textos revisados e atualizados. 66.ed. São Paulo: Atlas, 1985.

CARDOSO, C. M. (Diretor Resp.). *Boletim de Direito Educacional* – CONSAE – Consultoria de Assuntos Educacionais, ano XI, n. 10, p. 6-7, out. 1986.

CHAUÍ, M. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

FAGUNDES, M. dos R. *A Creche no Trabalho... o Trabalho na Creche: um estudo sobre o Centro de Convivência Infantil da Unicamp: trajetória e perspectivas*. 1997. Campinas: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. (Dissertação de Mestrado em Educação).

FÁVERO, M. de L. de A. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 2000.

KAISER, D. E. *As atitudes do profissional de creche e o desenvolvimento da criança*. 1992. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica/RS, 1992. (Dissertação de Mestrado em Educação).

MACHADO, M. L. *Educação Infantil e Currículo: a especificidade do projeto educacional pedagógico para creches e pré-escolas*. São Paulo, 1996. (mimeo.)

OLIVEIRA, Z. M. R. de; FERREIRA, M. C. R. *Propostas para o Atendimento em Creches no Município de São Paulo: histórico de uma realidade: 1986*. In: ROSEMBERG, F. (Org.). *Temas em destaque: creche*. São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1989. pp. 28-89.

OLIVEIRA, Z. M. R. de; MELLO, A. M.; VITÓRIA, T.; FERREIRA, M. C. R. *Creches: crianças, faz-de-conta & cia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

PASCAL, Christine; BERTRAM, Anthony. *A educação de crianças pequenas e de seus professores em três países europeus*. Tradução de Tina Amado. In: ROSEMBERG, Fúlvia; CAMPOS, Maria Malta. *Creches e pré-escolas do hemisfério Norte*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 279-298.

ROCHA, E. A. C. *A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia da educação infantil*. 1999. Tese (Doutorado) - NUP 2, UFSC/CED, Florianópolis.

ROSEMBERG, F. *O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche* – 1984. In: ROSEMBERG, F. (Org.). *Temas em destaque: creche*. São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1989. pp. 90-102.

SOARES, I. A. S. et ali. Associação dos Usuários das creches da UFMG: Centro de Desenvolvimento da Criança. In: RAUPP, M. D. (Org.) *Anais do II Encontro Nacional das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil*. Florianópolis: NDI/NEE0a6/CED/UFSC. *Anais...*, pp. 154-167, 2002.

ANO 17

OUT./DEZ.

2002